

A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS A PARTIR DAS AFRICANIDADES BRASILEIRAS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Odair de Souza¹, Karina de Moraes de Faria² e Mariana de Azevedo Dias³

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão sobre educação para as relações étnico-raciais a partir do estudo das africanidades na Educação Básica em um momento do calendário letivo da Escola de Educação Básica Prof^a Maria do Carmo de Souza em Palhoça/SC. Este movimento aconteceu na Semana da Consciência Negra em 2021 e envolveu a participação de vários docentes, de diferentes componentes curriculares que de maneira experimental fizeram uma tentativa de implementação da lei nº 10.639/2003 bem como da educação para as relações étnico-raciais nesta escola. Ao mesmo tempo, discute a importância fundamental do currículo multiétnico e plural, com ênfase no projeto político pedagógico da escola. Concluiu-se portanto, a partir da reflexão em apreço que as africanidades e a educação para as relações étnico-raciais ainda precisam de maior efetividade nas escolas públicas da rede estadual de ensino de Santa Catarina.

Palavras-chave: Africanidades; Educação para as relações étnico-raciais; Projeto Político Pedagógico; Consciência Negra; Lei nº 10.639/2003.

EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS FROM BRAZILIAN AFRICANITIES: POSSIBILITIES AND CHALLENGES

Abstract

This article proposes a reflection on education for ethnic-racial relations from the study of Africanities in Basic Education at a time in the academic calendar of the Escola de Educação Básica Prof^a Maria do Carmo de Souza in Palhoça/SC. This movement took place during the Black Consciousness Week in 2021 and involved the participation of several teachers, from different curricular components who experimentally made an attempt to implement Law No. At the same time, it discusses the fundamental importance of the multi-ethnic and plural curriculum, with an emphasis on the political pedagogical project of the school. It was concluded, therefore, from the reflection in question that Africanities and education for ethnic-racial relations still need greater effectiveness in public schools in the state education network of Santa Catarina.

Keywords: Africanities; Education for ethnic-racial relations; Pedagogical/Political Project; Black Consciousness; Law No. 10.639/2003.

¹Mestre em Ensino de História (UFSC). Especialista em Mídia na Educação e Gênero e Diversidade na Educação (UFSC). Bacharel e licenciado em História (UNISUL). Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor no Ensino Médio na Escola de Educação Básica Professora Maria do Carmo de Souza, Palhoça/SC. Email: professorodair2014@gmail.com

²Graduada em Ciências Sociais (UFSC). Especialista em Violência Doméstica (USP) e em Supervisão e Orientação Escolar (UNIASSELVI). Professora de Sociologia no Ensino Médio Escola de Educação Básica Professora Maria do Carmo de Souza, Palhoça/SC. Email: karinademoraesfaria@gmail.com

³Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Paulista. Professora de Biologia no Ensino Médio na Escola de Educação Básica Professora Maria do Carmo de Souza, Palhoça/SC. Email: marianaazevedo.dias@gmail.com

EDUCACIÓN PARA LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES DESDE LAS AFRICANIDADES BRASILEÑAS: POSIBILIDADES Y DESAFÍOS

Resumen:

Este artículo propone una reflexión sobre la educación para las relaciones étnico-raciales a partir del estudio de las africanidades en la Educación Básica en un momento del calendario académico de la Escola de Educação Básica Prof^a Maria do Carmo de Souza de Palhoça/SC. Este movimiento se llevó a cabo durante la Semana de la Conciencia Negra en 2021 y contó con la participación de varios docentes, de diferentes componentes curriculares, que de manera experimental intentaron implementar la Ley No. Al mismo tiempo, discute la importancia fundamental del currículo multiétnico y plural, con énfasis en el proyecto político pedagógico de la escuela. Se concluyó, entonces, a partir de la reflexión en cuestión, que las africanidades y la educación para las relaciones étnico-raciales todavía necesitan mayor efectividad en las escuelas públicas de la red estatal de educación de Santa Catarina.

Palabras-clave: Africanidades; Educación para las relaciones étnico-raciales; Proyecto Político Pedagógico; Conciencia Negra; Ley N^o 10.639/2003.

Nós vos pedimos com insistência!
Nunca digam: isso é natural.
Diante dos acontecimentos de cada dia,
numa época em que corre sangue,
em que o arbitrário tem força de lei,
em que a humanidade se desumaniza:
-Nunca digam: isso é natural,
a fim de que nada passe por imutável.
(Bertolt Brecht).

Introdução

O texto de Brecht, escrito por volta de 1930 ainda representa muito na atualidade. Em momento de governo com forte tendência autoritária, de inspiração proto fascista, devemos sempre des-naturalizar o que foi naturalizado.

No atual cenário político brasileiro, tempos de escola sem partido, movimento anti-vacina, reivindicação de ditadura, minimização das ciências humanas nas escolas de educação básica e perseguição à professores/professoras que discutem temas que “fogem ao currículo tradicional”, branco, eurocêntrico, patriarcal e cristão, como gênero, sexualidade e onde o presidente da República diz que “racismo é coisa rara no Brasil e que isso já encheu o

saco”⁴(ROMANO, 2019) e muitos dos bolsonaristas acham que “falar de racismo no Brasil é vitimismo”, é necessário mais do que nunca debater e denunciar essas práticas ditatoriais, conservadoras, preconceituosas, discriminatórias e racistas.

Aliás, no Estado de Santa Catarina, infelizmente a imprensa falada e escrita não se cansa de transmitir notícias de atos de cunho ditatoriais e profascistas. Exemplo disso é a matéria publicada no jornal e noticiada na TV como esse “Nazismo em Santa Catarina: investigação aperta o cerco a extremista” (2017); “ candidato a vereador que tinha suástica nazista na piscina em SC é expulso do partido”(2020); “bandeira nazista é balançada por homem em prédio em Florianópolis, polícia civil investiga” (2020) ; “busto de Hitler e suástica nazista somem de loja após denúncia de turista” (10/08/2021); “símbolo de apologia ao nazismo não são casos isolados em SC”(11/08/2021) e por fim, “polícia encontra loja de artefatos nazistas em SC (02/09/2021). Ou seja, infelizmente o Estado de Santa Catarina leva a popularidade de ser o “estado mais nazista do país” e, conseqüentemente racista, pois esta é uma marca fundamental de quase todos os regimes ditatoriais e, particularmente do nazismo.

Assim, pensamos que muitas vezes, para “acordarmos” da “inércia pedagógica e intelectual“ em que nós, docentes da educação básica, muitas vezes nos encontramos é preciso que algo de extremo aconteça para que a escola desperte para algum tema relevante e o coloque na pauta do dia. Um deles foi o assassinato do negro George Floyd nos Estados Unidos em 2020 (SILVA; BONFIM, 2021). Tal fato, indignou a população de vários países e os provocou a irem às ruas – apesar de estarmos em pandemia e necessitarmos de isolamento social - e protestarem contra o racismo ainda presente nos Estados Unidos e em vários outros países do mundo. Isto também despertou, posteriormente, nas escolas a discussão do preconceito, da discriminação e do racismo. Embora esse episódio tenha acontecido nos Estados Unidos, esse fato mexeu com a sensibilidade de alguns brasileiros, em especial com os professores antirracistas, pois infelizmente o Brasil ainda é um dos países mais racistas do mundo e casos de racismo são noticiado na imprensa falada e escrita semanalmente. Isso se aprofunda ainda mais

[...]na atual conjuntura, onde está posto uma ameaça real e dolorosa para muitos militantes, docentes, estudantes e intelectuais, que é a possibilidade real do fim das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER) que regulamentam e normatizam o artigo 26^a A da LDBEN [...] (OLIVEIRA, 2020, p. 12).

⁴ O programa Luciana By Night com Jair Bolsonaro (07/05/2019) pode ser assistido na íntegra neste link: https://www.youtube.com/watch?v=xMDcEo0_BV0 A referida fala se encontra aos 40 min.54 s.

Isto reforça a necessidade urgente de ações pedagógicas antirracistas por parte dos educadores, pois a despeito de no Brasil, já termos uma lei, a de nº 10.639/2003 que há quase 20 anos orienta a discussão sobre a história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula bem como as *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*- doravante daqui pra frente DCNERER, possibilitando as escolas da educação pública e privada – a discussão do racismo, pesquisas indicam que tal lei ainda não é realidade na maioria das escolas de nosso país. Pesquisas como as de Nilma Lino Gomes desenvolvida de fevereiro a dezembro de 2009 e publicada em 2012 (GOMES, 2012) e suas reflexões teóricas como as de Gomes (2009); Gomes e Jesus (2013) e Cardoso, Fagundes (2019) tem apontado a fragilidade da implementação dessa lei no país.

Essa lei, fruto de lutas históricas dos Movimentos Negros, (GOMES, 2012, p. 733-734) tem no campo educacional se constituído como um verdadeiro desafio para a sua implementação no currículo escolar. A lei nº 10.639/2003 bem como as DCNERER tem encontrado resistência de parte considerável de professores/as e gestores/as das escolas, pois estes/estas ainda não consideram a educação para as relações étnico-raciais e os estudos das africanidades como parte integrante do Projeto Político Pedagógico, dos Planos de Curso anual e dos planos de aula.

Entretanto, embora o Estado de Santa Catarina, disponha de um conjunto de documentos de cunho teórico-metodológico e de apoio teórico ao professor, como a *Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina* (SC, 2014), *Currículo Base da Educação infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense* (SC, 2019) , o *Caderno Política de Educação para as Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* (SC, 2018) e o *Caderno Pedagógico Educação e Diversidade – implantação e implementação das leis nº 11.645/008, nº 10.639/03, nº 11.525/07 e nº 9.795/99* na educação básica e modalidades de ensino (SC, 2016), contudo, ainda assim se encontra muita resistência por parte dos docentes, equipe pedagógica, administrativa e gestora das escolas. Pesquisas como a de Dias (2011), Pereira (2011) e Souza (2018) confirmam esta fragilidade da implementação da lei nº 10.639/2003 nas escolas de Santa Catarina.

Contextualizando os documentos curriculares da Rede Estadual de Ensino do Estado de Santa Catarina em relação às africanidades afro-brasileiras e afro-catarinenses

Nas últimas décadas, a preocupação com a educação para as relações étnico-raciais e com as africanidades afro-brasileiras e afro-catarinenses é recorrente nos documentos curriculares do Estado de Santa Catarina. Desde a publicação da lei nº 10.639/2003 que a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, por meio da pressão de professores e dos movimentos negros tem se esforçado para que as diversas áreas do conhecimento dialoguem com a proposta das africanidades. No caderno *Política de Educação para as Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* (SC, 2018), no âmbito das Ciências Humanas propõe que os professores possam “incluir a educação para as relações étnico-raciais com conteúdos que possam gerar atividades de valorização afetiva das questões da africanidade”(SC, 2018, p. 40).

Neste sentido, outro documento curricular como o *Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense* (SC, 2019) estabeleceu um tópico específico de estudos da educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, ensejando neste contexto os estudos das africanidades afro-brasileiras e catarinenses. Mas perguntamos: - O que são as africanidades? Qual a relação dos estudos das africanidades com a educação para as relações étnico-raciais? Uma coisa está imbricada a outra?

Para conceituar tal palavra adotamos a perspectiva de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, para quem

[...] ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo as raízes da cultura brasileira que tem origem africana. Dizendo de outra forma, estamos de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprias dos negros brasileiros, e de outro lado, as marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro fazem parte do seu dia-a-dia. (SILVA, 2008, p. 151).

Entendemos com a referida autora que as africanidades brasileiras tem suas raízes no continente africano e que portanto, todos nós brasileiros somos “encharcados” dessas africanidades pois temos em nosso cotidiano as marcas culturais, históricas e sociológicas desses povos que violentamente foram forçados à virem para o Brasil na condição de escravizados.

Ainda Silva (2008, p. 152 – 153) afirma que a finalidade primeira da africanidade é

[...] garantir o respeito aos direitos dos descendentes de africanos, assim como de todos os cidadãos brasileiros, à valorização de sua identidade étnico-histórico-cultural, de sua identidade de classe, de gênero, de faixa etária, de escolha sexual e reivindica em todos os níveis de ensino que se valorizem igualmente as diferentes e diversificadas raízes das identidades dos distintos grupos que constituem o povo brasileiro; busquem compreender e ensinem a respeitar diferentes modos de ser, viver, conviver e pensar, [...] permitem aprender e respeitar as expressões culturais negras que, juntamente com outras de diferentes raízes étnicas compõe a história e a vida e de nosso país, situar histórica e socialmente as produções de origem e/ ou influência africana, no Brasil, e proponha instrumento para que sejam analisadas e criticamente valorizadas. (SILVA, 2008, p. 152-153).

Neste sentido e em conformidade com o pensamento de Petronilha Beatriz e Silva, o Estado de Santa Catarina adotou nos *Currículos Bases do Território Catarinense* tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio as africanidades como tema de estudo e de pesquisa.

O caderno 3, do currículo do Novo Ensino Médio⁵ nomeado *Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – portfólio de trilhas de aprofundamento*, no item Territórios e territorialidades das populações tradicionais e comunidades negras catarinenses (SC, 2019, p. 243) e nas Unidades Curriculares I, II e III sugere uma série de habilidades e conteúdos com orientações teórico-metodológicos para o trabalho do professor com africanidades brasileiras e afro-catarinenses em sala de aula.

Também o item Identidades e territórios catarinenses: concepções, avanços e desafios (SC, 2019, p. 253) inova ao trazer pela primeira vez um conjunto de termos que podem ser estudados em sala de aula enquanto africanidades brasileiras e afro-catarinenses. Cita como objetos de estudos

[...] as tranças africanas, suas significações e seus códigos; religiosidade do povo catarinense: religiosidade e fé; religiões afro-brasileiras; ervas medicinais; culinária afro-brasileira; irmandades negras da época colonial; clubes sociais negros; a capoeira enquanto ressignificação da diáspora; heranças africanas nas linguagens, músicas, e danças brasileiras; bailes e festas de antigamente no território catarinense, instrumentos musicais africanos e afro-brasileiros. (SC, 2019, p. 258).

A despeito de o Estado catarinense recentemente ter dado um enfoque maior as africanidades brasileiras e afro-catarinenses pergunta-se: será que sempre foi assim? E mais: como tem sido as nossas aulas? Será que temos privilegiado as africanidades e,

⁵O Currículo do Novo Ensino Médio dos estudantes de Santa Catarina são constituídos de quatro caderno: Caderno 1 – Disposições Gerais; Caderno 2: Formação geral básica; Caderno 3: portfólio das trilhas de aprofundamento; Caderno 4: componentes curriculares eletivos – construindo e ampliando saberes.

consequentemente, as diversidades? Conseguimos conciliar os estudos das africanidades vinculados a educação para as relações étnico-raciais ou ainda realizamos ações de forma isolada? Embora a educação para as relações étnico-raciais e as africanidades façam parte do escopo central dos documentos curriculares do Estado de Santa Catarina, porém como já indicado acima, o estudos das diversidades e das identidades catarinense, bem como o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana não acontece de maneira adequada, ressaltando-se em alguns breves momentos como na chamada ‘Semana da Consciência negra’.

Contextualizando a Semana da Consciência Negra 2021.

Ainda que muitas escolas não tenham implementado a educação para as relações étnico-raciais e o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana em seus documentos oficiais, alguns docentes abnegados e politicamente comprometidos com a luta antirracista e, consequentemente com uma educação plural, racialmente heterogênea, democrática, igualitária e inclusiva, não medem esforços para alavancar conteúdos, temas e objetos vinculados às africanidades brasileiras e a educação para as relações étnico-raciais, daqui para frente denominada ERER. Exemplo disso foi a Semana da Consciência Negra na Escola de Educação Básica Prof^a Maria do Carmo de Souza, no município de Palhoça, Santa Catarina.

De repente, num determinado dia do ano de 2021, recebemos em nosso grupo de *whatsapp* da escola, a recomendação de que deveríamos “fazer alguma coisa” para a Semana da Consciência Negra, que aconteceu em novembro. Os professores pegos de surpresa começaram a papear na hora do recreio, nos corredores, no cafezinho, práticas pedagógicas que pudessem inserir temas antirracistas na Semana da Consciência Negra na escola. Uns mais engajados com a causa, outros nem tanto, mas as ideias começaram a brotar e a se materializar em diversas atividades que seriam trabalhadas na Semana da Consciência Negra.

Uma das atividades sugeridas pelo professor de História que foi aceita e acolhida por todas/todos foi a exibição do filme “Estrelas além do tempo” ⁶, projetado no auditório da

⁶O filme “Estrelas além do tempo” baseado em fatos reais conta a história de três cientistas negras que trabalharam na NASA durante a década de 1960 e colaboraram para a conquista espacial. Indicado ao Oscar em 2017 na categoria de melhor filme, melhor atriz coadjuvante (Octavia Spencer) e melhor roteiro adaptado (Theodoro Melfi), o longa está entre os dez melhores filmes de melhor bilheteria nos cinemas do Brasil e dos Estados Unidos e levanta muitos tempos que podem contribuir com sua aula. (BERNARDO, 2018). Filme produzido nos Estados Unidos e lançado em fevereiro de 2017.

escola⁷ para todo o Ensino Médio Noturno. Este filme tematiza a presença de mulheres cientistas negras na equipe da NASA, na década de 60 que contribuíram na conquista espacial, na construção de um satélite que levasse o homem ao espaço. Três mulheres negras destacaram-se neste cenário: Katherine Johnson, Dorothy Vaughan e Mary Jackson.

Porém, tal situação, ou seja, a presença de mulheres negras cientistas tanto a nível mundial quanto brasileira como Lélia Gonzáles, Anita Canavarro, Denise Alves Fungaro, Katemari Diogo Rosa, entre tantas outras⁸, que nem sequer são mencionados nos espaços escolares. Isto demonstra ainda um currículo escolar patriarcal, machista e branco até porque se, em algum momento são citadas mulheres cientistas (o que é raridade), geralmente são brancas. Isso demonstra aos estudantes que existem negros e negras de renome nacional e internacional no campo científico no Brasil bem como em outros países do mundo, que nunca foram visibilizados/visibilizadas no currículo escolar, demonstrando o que chamamos de epistemicídio⁹ (CARNEIRO, 2005, p. 97), ou sejam quando saberes, dizeres, patrimônios, histórias, memórias e culturas de povos como de populações negras e indígenas não são valorizadas e ou reconhecidas como conhecimentos no espaço escolar.

Infelizmente, tendo em vista o calendário apertado de final de ano e que as turmas estavam distribuídas em grupos A e B em semanas alternadas não foi possível fazer uma reflexão aprofundada sobre o filme. Mas alguns comentários nos deixaram bastante otimista em relação ao filme. Um dos estudantes disse: - professor, eu não imaginava que por trás das conquistas da NASA haviam mulheres negras de renome e inteligentíssimas. Outro falou que: - professor, fiquei horrorizado com a branquitude presente no filme bem como o machismo escancarado.

Após palestras, projeções de filmes, documentários, etc, o professor de filosofia propôs aos primeiros anos do Ensino Médio que estabelecessem uma conexão entre o Mito da Caverna e a Semana da Consciência Negra. Em síntese, o mito da caverna, citado pelo filósofo Platão em sua obra “A República” narra que os seres humanos estavam amarrados

⁷ As atividades desenvolvidas na escola seguiram todas as regras estabelecidas pelos órgãos de saúde de Santa Catarina como a distância de 1,5 entre os estudantes, ventilação natural e uso de máscara, etc.

⁸ Neste site pode ser encontrado uma relação de mulheres negras cientistas do Brasil. <https://www.abpn.org.br/c%C3%B3pia-cole%C3%A7%C3%A3o-negras-e-negros>. Acesso em 02/02/2022

⁹ Para Carneiro (2005, p.97) o epistemicídio é para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados um processo persistente da produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade, pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação corrente no processo educativo.

uns aos outros e presos numa caverna, onde somente pequenas centelhas da luz do sol adentravam durante o dia. Os seres humanos só viam pequenas sombras que vinham do exterior e achavam que aquilo era a realidade. Porém, eles estavam cercados pela ilusão e pela falta de conhecimento ao tomarem as sombras pela realidade.

No entanto, o conhecimento verdadeiro, a realidade estava fora da caverna. Da mesma forma para buscar esse conhecimento era preciso percorrer o caminho para fora dela abandonando os preconceitos, as conclusões precipitadas, buscando força para ser e estar sempre cada vez mais informado e iluminado pela luz da verdade. Assim, por meio desta alegoria foi discutido vários temas relacionados a educação das relações étnico-raciais.

Dessa forma, os estudantes foram estimulados por meio de narrativas orais a relacionarem e apresentarem as principais características desse mito relacionando-a com a Semana da Consciência Negra. Neste sentido, a concatenação feita pelo estudante entre o mito da caverna e o dia da consciência negra giraram em torno da discussão se a origem do preconceito, da intolerância e do racismo não seria a falta de conhecimento, o mesmo motivo pela qual os prisioneiros se encontravam presos na caverna. E que uma possível saída para um mundo com mais equidade racial, seria uma educação e conhecimento antirracista para além do currículo eurocentrado.

O professor de filosofia considerou que embora a filosofia seja uma disciplina muito arraigada na tradição filosófica eurocêntrica, julgou importante destacar a importância deste componente curricular enquanto múltiplas possibilidades de questionamentos sobre o mundo em que vivemos. Notou uma relevância bastante grande da discussão da Semana da Consciência Negra e o mito citado acima. A possibilidade de uma releitura atual de um pensador de mais de dois mil anos atrás, vendo os estudantes interpretando o texto de Platão e vinculando a temas urgentes como preconceitos, discriminações e racismo é muito gratificante. De modo geral, percebemos que os educandos aderem a estas propostas pedagógicas e em sua grande maioria julgam importante a discussão destes assuntos e muitos já tem alguma experiência de vida ou de colegas para compartilhar.

Outro momento de significativa importância foi a vinda à escola – mediado pelo professor de matemática – do escritor e palestrante Fábio Garcia que dialogou com os estudantes sobre a invisibilidade de intelectuais e personalidades negras de Santa Catarina, que são completamente desconhecidos do grande público do Estado, e em particular das escolas, pois não compõe o escopo curricular do estado de Santa Catarina. Citou como

exemplo de personalidades e intelectuais de Santa Catarina, Antonieta de Barros, Ildefonso Juvenal da Silva, Trajano Margarida, João Rosa Júnior, Cruz e Sousa, entre outros/outras.

O professor de matemática aproveitou a oportunidade para por meio da interdisciplinaridade se engajar no assunto e em sala de aula com os estudantes trabalhou o assunto da palestra através de estudos estatísticos, principalmente com gráficos e planilhas. Foram desenvolvidos alguns temas como: desigualdades entre brancos e negros em cargos de chefia ou de diretoria, índice de negros em cargos públicos e/ou políticos e a importância das cotas raciais enquanto política de ações afirmativas.

Este estudo foi bem aceito entre os estudantes e após os trabalhos em grupo com os estudos de estatísticas e análises de gráficos ficaram perplexos com tamanha desigualdade entre brancos e negros. Muitos não se atentavam a essa realidade atual no Brasil, ou seja, desta desigualdade social gigante entre brancos e negros. Após os debates e estudos com os estudantes, pode-se concluir através das atividades propostas, que os estudantes entenderam o quanto ainda precisamos evoluir política, econômico e culturalmente para termos um Brasil mais equitativo e isto pode acontecer, entre outros meios, por meio de uma educação antirracista.

Do mesmo modo que os estudantes, o professor de matemática, ficou surpreso ao perceber que a matemática – um componente curricular que em sua grande maioria fica isolada de outros componentes curriculares poderá trabalhar de forma sistemática o combate ao racismo, preconceitos e discriminações a partir de dados estatísticos, dados numéricos, entre outras metodologias.

O professor de matemática considerou também esta aula de extrema importância, até porque nos cursos de graduação em matemática, dificilmente se aborda esses temas na grade curricular. Entretanto, uma “semana coletiva” que aconteceu na escola e envolveu distintas disciplinas, com os docentes interessados, leva-nos a repensar não só a nossa aula, mas também todo o nosso trabalho em sala de aula com os números.

Nas aulas de sociologia, trabalhou-se com os estudantes as personalidades negras. As personalidades pesquisadas de reconhecido nome nacional foram, entre outras, Cruz e Sousa, Antonieta de Barros, Zumbi dos Palmares, Dandara.

A proposta metodológica adotada foi de que os estudantes ficassem à vontade para pesquisar a personalidade negra do Brasil ou do mundo tanto do passado quanto da atualidade e que eles mergulhassem nessa investigação. Eles deveriam trazer dados da pessoa – o que

era, o que ela/ele fez, a importância para a história e cultura africana e afro-brasileira, etc – enfim, o que eles/elas achassem interessante pesquisar. Depois, desenharam a personalidade, escrevendo sua biografia para apresentarem à turma.

Após todos pesquisarem e apresentarem aos estudantes da turma, elaboraram um painel com todas essas personalidades e fixaram na rampa de acesso ao piso superior da escola, para que fossem visto por todas e todas que passassem por ali. O trabalho de personalidades negras foi construída por estudantes de 1ºs e 2ºs anos do Ensino Médio.

O primeiro ano ficou basicamente com Cruz e Sousa e elaboraram um folder com a biografia dessa personalidade afro-catarinense e entregaram a todos os docentes e em todos os espaços da escola: refeitório, cozinha, secretaria da escola, sala dos professores, biblioteca, setor pedagógico, etc.

Depois de tudo isso foi pedido um resumo escrito dos estudantes. Este resumo foi avaliado e entregue aos estudantes e, por isso, não podemos transcrever o que eles relataram, mas a professora lembra de ter lido frases do tipo: deveríamos ter mais tempo para fazermos isso, falar mais sobre esse tema durante o ano. Segundo a professora foi positivo a Semana da Consciência Negra e as discussões e atividades pedagógicas advindas após ela.

Segundo a professora de sociologia trabalhar o tema da consciência negra é de suma importância para a vida escolar e fundamentalmente para a sociologia. Falar de consciência negra é resgatar a história de nossos ancestrais afros e desta forma entender o racismo no Brasil. Perceber que grande parte dos problemas sociais são provenientes do racismo estrutural. Trabalhar estes assuntos e dar voz a comunidade é conscientizar os estudantes de que é preciso mudar. O preconceito ainda está vivo na sociedade e cabe a nós educadores plantar a sementinha de uma sociedade antirracista.

Consideramos que a despeito de fazermos todas essas atividades na Semana da Consciência Negra e avaliarmos como positivo do ponto de vista pedagógico, este resultado será passageiro e isso efetivamente não se configurará como uma política de implementação da EREER na escola, se não houver um currículo e um Projeto Político Pedagógico comprometido político e etnicamente com a causa antirracista e com a política de visibilização das africanidades.

Uma política de institucionalização da EREER deve estar materializada no currículo e no Projeto Político Pedagógico da Escola como um tema que perpassa por todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares bem como todos os níveis de ensino (do

fundamental inicial ao ensino médio) durante todo o ano. O currículo não é neutro e por isso concordamos com Silva (2015, p. 101 – 102) que

[...] é através do vínculo entre conhecimento, identidade e poder que os temas de raça e etnia ganham seu lugar na teoria curricular. O texto curricular – entendido aqui de forma ampla – o livro didático, o paradidático, as lições orais, as orientações curriculares oficiais, os rituais escolares, as datas festivas e comemorativas – está recheado de narrativas nacionais, étnicas e raciais. Em geral essas narrativas celebram o mito da origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas. Em termos de representação racial, o texto curricular conserva de forma evidente, as marcas da herança colonial. O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. A questão da raça e da etnia não é simplesmente “um tema transversal”: ela é uma questão central de conhecimento, poder e identidade.

Dessa forma o currículo escolar deve representar e apresentar o conjunto de estudantes que adentram a escola e, por isso deve ser um currículo que privilegie a heterogeneidade, contemple as africanidades e respeite as diferenças. Neste sentido, um currículo democrático é multiétnico e multicultural.

Da mesma forma, que a importância do currículo antirracista, os pesquisadores da área da educação também destacam que um dos primeiros passos da institucionalização de uma educação para as relações étnico-raciais na escola é sua inserção no Projeto Político Pedagógico construído coletivamente com a participação dos pais, grêmios estudantis, associação de pais e mestre, conselho deliberativo escolar e corpo docente e discente e não feito pela equipe gestora ou pela equipe pedagógica da escola. O Projeto Político Pedagógico é a espinha dorsal da escola.

De acordo com Diallo, Rizzo e Assis (2018) inspirado em Veiga (2005)

[...] o P.P.P diz respeito a organização do trabalho pedagógico da escola no que tange à organização dos conteúdos disciplinares, a outras atividades pedagógicas e à gestão administrativa desta. Deve portanto, estar envolvido na elaboração deste documento os docentes e a equipe administrativa e pedagógica. Para além de um ordenamento técnico, o P.P.P deve ser compreendido como um caminho, uma direção, um norte para a realização de um compromisso educativo construído coletivamente. Cabe ressaltar que a especificidade do PPP emerge dos esforços coletivos no sentido de se construir a concepção de educação que a escola, por meio dos atores envolvidos na elaboração do documento assume. Diz respeito ainda as suas implicações para com a sociedade e principalmente sobre a pessoa que se quer se formar. **Assim, as questões que se articulam neste processo estão relacionadas à cidadania, ao trabalho, à consciência crítica e ao respeito e reconhecimento das diversidades raciais e étnicas.** (DIALLO; RIZZO; ASSIS, 2018. pp. 141-142). Grifo acrescentado

Porém, ao analisarmos o Projeto Político Pedagógico (P.P.P) recebido para revisão em 23 de março de 2021, verificamos que a lei nº 10.639/2003 bem como a lei nº 11.645/2008 nem sequer é citada e, se essas leis não são citadas no P.P.P da escola, imagina-se que a discussão para a educação das relações étnico-raciais e para as africanidades “passe a largo” enquanto política curricular da escola.

No entanto, o que se sabe pelas pesquisas apontadas é que ainda que a lei 10.639/2003 e as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana já tenham quase 20 anos, tal efetivação ainda não ocorre na maioria das escolas brasileiras e isso tudo tem alguns motivos estruturantes da própria sociedade brasileira como o eurocentrismo, a branquitude e o mito da democracia racial¹⁰.

Outro aspecto que precisamos considerar é que a educação para as relações étnico-raciais deve estar vinculada aos diferentes componentes curriculares em todo o ano e usado das mais diversas metodologias para sua aplicabilidade. Souza (2019) menciona que uma das propostas ao trabalhar com a educação para as relações étnico-raciais é por meio de projetos e/ ou de forma interdisciplinar onde possa haver uma integração entre as disciplinas de maneira que o combate ao racismo fique evidente nestes projetos.

Da mesma forma a educação para as relações étnico-raciais não deve ser compreendida somente como um “conteúdo do programa”, mas sim algo que tenha a ver com a vida cotidiana dos estudantes e da sociedade de maneira geral. Souza e Freitas (2021) ao abordar este assunto recomendam-nos de que devemos trazer para a sala de aula as “histórias sensíveis”, ou seja, ao abordarmos a escravidão por exemplo, não situar somente no passado, mas sempre contextualizar com situações do tempo presente para que o tema em si tenha relevância e interesse dos estudantes. Da mesma forma quando falarmos de senzalas, relacionarmos ao processo de favelização na contemporaneidade onde a maioria desses espaços são habitadas por população negra, e assim temas correlatos como violência policial, assassinatos de jovens negros no Brasil atual, entre outros.

¹⁰Para um estudo mais aprofundado destes termos ver o artigo: SOUZA, Odair de; PAIM, ElisonAntonio. Problematizando o eurocentrismo e desconstruindo o racismo por meio de práticas pedagógicas decoloniais e interculturais. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Chapecó, nº 34, 2019/02. Também SOUZA, Odair de; LIMA, Valdemar de Assis. História e Cultura Africana na Educação Básica: entre dilemas e propostas de ensino. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem**. UEMS/Campo Grande/MS, vol. 05, nº 10, pp. 68 -79. 2021.

Considerações Finais

Entendemos que a educação para as relações étnico-raciais e os estudos das africanidades só acontecerá e de fato será concretizada de maneira efetiva nas escolas a partir do momento que cada agente da educação (estado, docente, estudantes, gestores, equipe pedagógica, pais e órgãos deliberativos da escola como Associação de Pais e Mestres e Conselhos Deliberativos) atuarem juntos. No entanto, percebemos que essa atuação conjunta de parte significativa dos agentes públicos, sobretudo do Estado, está muito longe de acontecer.

Porém, acreditamos que como educadores que somos, comprometidos com uma ética e uma política de amor à vida, devemos atuar e semear pequenas sementes antirracistas nas gretas (Walsh, 2017), ou seja, nas pequenas brechas que a situação nos permite ou de vermos flores romper o asfalto (Drummond, 2000). Com todas as adversidades, vislumbramos pequenos avanços nas pequenas ações pedagógicas antirracistas. Isto nos fortalece ainda mais a trabalharmos a educação para as relações étnico-raciais e as africanidades na dimensão e perspectiva dos direitos humanos, reconhecendo à todos/todas, especialmente os grupos mais marginalizados socialmente como os negros e indígenas a terem sua cultura, histórias, patrimônios, memórias e saberes valorizados e seus direitos reconhecidos.

Finalizamos esta reflexão, transcrevendo integralmente um vídeo recebido no grupo de *whatsapp* com o título: “*Ubuntu todos os dias*”, onde o narrador diz o seguinte: “um antropólogo estava estudando os usos e costumes de uma tribo africana quando ao final dos trabalhos propôs uma brincadeira com as crianças da região: colocou um cesto cheio de doces embaixo de uma árvore e propôs uma corrida e disse: olha, quem chegar primeiro leva o cesto. As crianças se alinharam prontas para correr e quando elas estavam prontas ele disse: já. Todas deram as mãos e correram juntas até a árvore, pegaram o cesto juntas e comemoraram juntas. O antropólogo olhou curioso aquela situação e uma das crianças olhou de volta para ele e disse: “UBUNTU, tio! Como uma de nós iríamos ficar felizes, se todas as outras iriam ficar triste?”. Ubuntu é uma palavra africana que representa uma filosofia e uma ética antiga africana que significa: “sou quem sou porque somos todos nós.”. Uma pessoa com Ubuntu tem consciência de que ela é afetada quando um semelhante seu é afetado. Sabe que o mundo não é uma ilha e ela precisa de outros para ser ela mesma. Ubuntu fala de respeito básico pelos outros. Ubuntu é compaixão, partilha, empatia. Ubuntu diz que ser humano é ser com os outros e ser com os outros deve ser tudo: em outras palavras, gente

precisa de gente para ser gente. Na verdade quanto mais dedicado a outras gentes, mais gente você se tornará.

Minha oração é que você faça a partir de hoje, mais alguma coisa por alguém: hoje, amanhã e sempre. Enxergue o outro. Conecte-se com gente. Faça alguma coisa por alguém, porque ninguém é alguém, sem o outro alguém. Somos seres únicos e somos seres feitos para vivermos coletivamente. [...]. Esta é uma mensagem que precisa estar não somente em nossa boca, mas também em nosso coração. Você precisa ser gente. Precisa estar diretamente ligado com vínculos de amizade, de amor, de afeto com outras gentes. Vire-se para o ser humano e pratique sua fé nele. UBUNTU para você! ”

Finalizamos, ressaltando que faz-se necessário e urgente que se construa nas escolas práticas pedagógicas antirracistas, de visibilidade e reconhecimento das africanidades, que se promova a discussão, o debate e o combate aos preconceitos, as discriminações e a todas as formas de violências, sejam elas físicas, simbólicas ou psicológicas. Práticas pedagógicas onde o respeito às diversidades e às diferenças sejam o marcador central e que prime pelo afeto e pelo compromisso político com a vida e com os direitos humanos.

Infelizmente, lamentamos dizer que quando a escola não é comprometida com a discussão antirracista, ela compactua com a morte ao não promover o debate daquilo que mata muitas pessoas negras neste país: o racismo. E é por isso que pensamos que para além da chamada Semana da Consciência Negra devemos construir na escola durante o ano todopossibilidades de estudantes críticos com aulas mais plurais, heterogêneas, democráticas, inclusiva, antirracistas e comprometidas com a vida, pois: VIDAS NEGRAS IMPORTAM!

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Rosa do povo**. 21^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, 2014.

ASSIS, Evandro de. Candidato a vereador que tinha suástica nazista na piscina em SC é expulso de partido. **NSC Total**, Florianópolis, 08 de out. de 2020. Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/evandro-de-assis/candidato-a-vereador-que-tinha-suastica-nazista-na-piscina-em-sc-e>. Acesso em 26 de jan. de 2022.

BERNARDO, Nairim. O que o filme “estrelas além do tempo” tem a ver com sua aula. **Nova Escola**, São Paulo, 07 de Marc. de 2018. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/4779/o-que-o-filme-estrelas-alem-do-tempo-tem-a-ver-com-a-sua>

[aula?gclid=EAIAIQobChMI0uHo0fbh9QIVhw2RCh0bjA5BEAAYASAAEgLzJvD_BwE](#)

Acesso em 02/02/2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.

DIAS, Karina de Araújo. *Formação continuada para a diversidade étnico-racial: desafios pedagógico no campo das ações afirmativas na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*. 2011. 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2011.

DIALLO, Cintia Santos; RIZZO, Jakellinny Gonçalves de Souza; ASSIS, Renata Rodrigues de. Projeto Político Pedagógico: possibilidades e limites para a promoção da igualdade racial na escola. In: MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; TROQUEZ, Marta Coelho Castro. (Orgs.) **Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a descolonização do currículo escolar**. Curitiba: Appris editora, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da lei 10.639/2003 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, Marilene de; HERING, Rosana (Orgs.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro. Fundação Heinrich BollActionAid, 2009, p. 39 – 75.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais nas escolas na perspectiva da lei 10.639/2003**. Brasília: MEC/UNESCO, 2012.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei 10.639/2003 – desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em revista**. Curitiba, nº 47, p. 19 – 23, 2013.

IGOR, Renato. Busto de Hitler e suástica nazista somem de loja em SC após denúncia de turista; polícia investiga o caso. **NSC Total**, Florianópolis, 10 de ago. de 2021. Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/busto-de-hitler-e-suastica-nazista-somem-de-loja-em-sc-apos-denuncia-de>. Acesso em 26/01/2022

IGOR, Renato. Símbolo de apologia ao nazismo não são casos isolados em SC. **NSC Total**, Florianópolis, 11 de ago. de 2021. Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/video-simbolos-de-apologia-ao-nazismo-nao-sao-casos-isolados-em-sc>. Acesso em 26 de jan. de 2022.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Opção decolonial e antirracismo na educação em tempos neofascistas. **Revista da ABPN**. v. 12, nº 32, p. 11 – 29, 2020.

PEREIRA, Paula de Abreu. *A educação das relações étnico-raciais: experiências numa escola pública de Santa Catarina*. 2011. 318 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011.

ROMANO, Giovanna. “Racismo no Brasil é coisa rara”, diz Bolsonaro a Luciana Gimenez. **Revista VEJA** [online]. 08 de maio de 2019. Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/racismo-no-brasil-e-uma-coisa-rara-diz-bolsonaro-a-luciana-gimenez/> Acesso em 02 de fev. de 2022.

SANTA CATARINA, **Proposta Curricular**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio – Disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA, **Proposta Curricular**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio – Formação docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA, **Proposta Curricular**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio – Temas multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA, **Proposta Curricular de Santa Catarina** – formação integral na educação básica. Florianópolis: COGEN, 2014.

SANTA CATARINA, **Caderno pedagógico – Educação e Diversidade**: implantação e implementação das leis nº 11.645/08, nº 10.639/03, nº 11.525/07 e nº 9.795/99 na educação básica e modalidades de ensino. Florianópolis: DIOESC, 2016.

SANTA CATARINA, **Política de Educação para as Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Florianópolis: SED/SC, 2018, 54

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED/SC, 2019.

SANTA CATARINA. Nazismo em Santa Catarina: investigação aberta cerco a extremista. **NSC Total**, Caderno NÓS. 11 de dez. de 2017 – Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/noticias/nazismo-em-sc-investigacao-aperta-cerco-a-extremistas>. Acesso em 26 de jan. de 2022

SILVA, Anderson. Bandeira Nazista é balançada por homem em prédio de Florianópolis; polícia civil investiga. **NSC Total**, Florianópolis, 15 de maio de 2021 – Disponível em <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/anderson-silva/bandeira-nazista-e-balancada-por-homem-em-predio-de-florianopolis-policia>. Acesso em 26 de jan. de 2022

SILVA, Evanildo Alves; BONFIM, Marco Antônio Lima do. A necropolítica do Estado e o racismo antinegro: uma análise discursiva do assassinato de George Floyd. **Revista científica multidisciplinar núcleo do conhecimento**. Ano 6, vol. 11, pp. 48 -65.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

SOUZA, Odair de. *A educação para as relações étnico-raciais e ensino de história: memórias e experiências de professoras da educação básica*. 2018. 212 f. Dissertação

(Mestrado em Ensino de História). Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2018

SOUZA, Odair de. A interdisciplinaridade como caminho teórico metodológico para a educação das relações étnico-raciais na educação básica. **Revista Digital Formação emDiálogo**. Rio de Janeiro, vol. 04, nº 02, dez/2019.

SOUZA, Odair de; PAIM, Elison Antonio. Problematizando o eurocentrismo e desconstruindo o racismo por meio de práticas pedagógicas decoloniais e interculturais. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Chapecó, nº 34, 2019/02, p. 41 – 60.

SOUZA, Odair de; FREITAS, Patrícia de. Ensino de História e temas sensíveis em tempos de pandemia: dilemas e impertinências. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Chapecó. nº 37, jul/dez/2021, p. 118 – 133.

SOUZA, Odair de; LIMA, Valdemar de Assis. História e Cultura Africana na Educação Básica: entre dilemas e propostas de ensino. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem**. UEMS/Campo Grande/MS, vol. 05, nº 10, p. 68 -79. 2021

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. São Paulo: Papirus, 2005.

WALSH, Catherine. Gritos, grietas y siembras de vida: entretejerer de lo pedagógico y lodecolonial. In: WALSH, Catherine. **Pedagogias decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito/Equador: AbyaYala, 2017, Tomo II.